



ESPECTROS DA COLONIALIDADE- RACIALIDADE E OS TEMPOS PLURAIS DO MESMO

Specters of Coloniality-Raciality and the Plural Times of the Same

Maria da Glória de Oliveira^a

 <https://orcid.org/0000-0002-6041-4649>

E-mail: mgloria@ufrj.br

^a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Departamento de História, Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil.

**DEBATE
TEMPORALIDADE, COLONIALIDADE, RACIALIDADE
TEMPORALITY, COLONIALITY, RACIALITY
TEMPORALIDAD, COLONIALIDAD, RACIALIDAD**

RESUMO

O artigo propõe uma discussão sobre a historiografia como prática de codificação de passados “outros”, de sincronização de sujeitos subalternos e temporalidades plurais, forjada como um dos arsenais de representação mobilizados nas lutas sociais por reconhecimento, justiça e reparação histórica. Apesar de suas variações contextuais, as demandas coletivas por inclusão e visibilidade despontam como desafios permanentes que evidenciam os efeitos excludentes e hierarquizantes das políticas de temporalização da história disciplinada, assinalando uma coexistência litigiosa no presente de “dívidas impagáveis” do passado. O argumento central que pretendo explorar é o de que, nesses casos, o espectro da colonialidade-racialidade se mantém como vetor de hierarquização, subalternização e (des)sincronização temporal, na mesma medida em que embaralha a descontinuidade histórica ou qualquer distância temporal rigorosa entre o passado e o presente.

PALAVRAS-CHAVES

Historiografia. Colonialidade. Racialidade.

ABSTRACT

The article proposes a discussion on historiography as a practice of encoding “other” pasts, of synchronizing subaltern subjects and plural temporalities, forged as one of the arsenals of representation managed for social struggles for recognition, justice, and historical reparation. Despite their contextual variations, the collective demands for inclusion and visibility emerge as permanent challenges that highlight the excluding and hierarchical effects of the temporalization policies of disciplined history, signaling a litigious coexistence in the present of “unpayable debts” from the past. The central argument I intend to explore is that, in these cases, the spectrum of coloniality-raciality remains a vector of hierarchization, subalternization and temporal (dis)synchronization, to the same extent that it shuffles historical discontinuity or any rigorous temporal distance. between the past and the present.

KEYWORDS

Historiography. Coloniality. Raciality.



A visibilidade é uma armadilha e a representação é um beco sem saída.
(Jota Mombaça e Michelle Mattiuzzi, 2019, p. 23)

Enquanto escrevia este texto, o áudio do noticiário na TV anunciava que estamos a caminho do inferno climático. O alerta veio do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, na abertura da cúpula do clima, a COP 27, no Egito (G1Notícias, 2022). De imediato, na frente do computador, pensei que a notícia não era tão terrível assim, afinal estávamos, em novembro de 2022, rumo ao inferno climático, mas com Luís Inácio Lula da Silva eleito presidente do Brasil, prestes a assumir seu terceiro mandato. Após quatro anos de desgoverno de uma extrema-direita com explícitas ações golpistas, fascistas e autoritárias, se a ideia parecia bastante ingênua ou inútil como consolo definitivo, no mínimo equivalia à sensação reconfortante de saber que, por enquanto, na jornada para o fim, haveria um cantil de água fresca na mochila. Então, para “seguir com o problema com alegria, terror e pensamento coletivo generativo”, como nos recomenda Donna Haraway (2022, p. 68), restava projetar as melhores expectativas possíveis nos mundos presentes e minimamente comuns em que possamos, talvez, (co)habitar, selecionando leituras, autores e companhias teóricas para um diálogo nesses tempos em que “a urgência está no comando” (Hartog, 2022, p. 133).

Aconteceu assim com a escolha da epígrafe para este artigo, extraída do prólogo à obra da filósofa Denise Ferreira da Silva (2019), *A dívida impagável*. Assinado por Jota Mombaça e Michelle Mattiuzzi, a “Carta à leitora preta do fim dos tempos” em nada lembra os protocolos convencionais de um prefácio, pois é composta por sentenças curtas com numeração aleatória, como se fossem anotações soltas de leitura ou aforismos pinçados para serem lidos em um letreiro luminoso. A despeito do aparente sentido nebuloso e esotérico, uma dessas frases me pareceu apropriada como inspiração e moldura para as reflexões a seguir.

Visibilidade e representação, longe de serem expressões meramente “lacradoras” ou reduzidas a certos usos disseminados nas mídias e redes sociais digitais, em especial nos embates acerca das lutas por reconhecimento (Fraser, 2006) e das políticas identitárias (Engelke, 2017), sempre funcionaram como categorias implícitas de justificação do conhecimento produzido na grande área das humanidades. Se as ciências humanas estão fundadas na racionalidade empírica que forjou a *episteme* europeia moderna (Foucault, 1999, p. 477), não deixa de ser paradoxal que, desde então, os marcadores das diferenças atribuídas entre os corpos como raça, gênero e sexualidade funcionem como ferramentas conceituais predominantemente descritivas.¹ Assim se constituiu, em linhas gerais, o arsenal explicativo do fenômeno das subalternidades como efeito ou decorrência lógica de processos sócio-históricos de exclusão, como se tal lógica fosse, *por si e em si mesma*, suficiente para a compreensão *do que* faz com que a condição subalterna se mantenha em funcionamento em nível global. Não por acaso, as tópicas explicativas baseadas nas dinâmicas estruturais da condição subalterna têm sido dominantes frente às formas de violência e de precarização sem que, diante da sua insidiosa repetição, a impotência do conhecimento científico e histórico provoque qualquer crise ética ou epistemológica mais radical (Silva, 2022, p. 51).

Em torno desse dilema de implicações concomitantemente políticas e epistêmicas, desenvolvo as reflexões a seguir, a partir de alguns argumentos centrais: (a) como prática de sincronização de sujeitos “outros” e temporalidades plurais, as historiografias funcionam

¹ A crítica aos usos descritivos da categoria de gênero, por exemplo, foi um dos pontos incisivos do argumento de Joan W. Scott (1999 e 2008) em seus sucessivos balanços teóricos nos quais chamou atenção para as ortodoxias disciplinares e as políticas do tempo histórico. Com base nessas referências, ver a discussão sobre os limites e as utilidades do conceito como grade analítica e modo de interrogar a história em Oliveira (2019).

como um dos arsenais de representação disponíveis para uso nas lutas sociais por reconhecimento, justiça e reparação histórica; (b) tais demandas coletivas, mais do que simples petições por inclusão e visibilidade, despontam como desafios permanentes aos efeitos excludentes e hierarquizantes das políticas de temporalização da história disciplinada, assinalando uma coexistência litigiosa no presente de “dívidas impagáveis” do passado; (c) nesse processo, o espectro da colonialidade-racialidade se mantém como vetor de hierarquização, subalternização e (des)sincronização temporal, na mesma medida em que embaralha a descontinuidade histórica ou qualquer distância temporal rigorosa entre passado e o presente.

DESSINCRONIZAÇÃO TEMPORAL E AS DÍVIDAS ESPECTRAIS DO PASSADO

Para a História, nunca faltaram evidências de que sua investigação e escrita emergiram no jogo das diferenças que se estabeleceu dentro dos saberes sobre os “outros” do mundo ocidental — o selvagem, o passado, o povo, o louco, o novo mundo —, que passaram a ser designados como *objetos-sujeitos* marcados, generificados e racializados das historiografias. Aí reside o gesto que foi, desde sempre, o de uma *escrita conquistadora*, na célebre expressão de Michel de Certeau (2000, p. 9), que marca o vínculo indelével entre escrever a história e conquistar o mundo, entre grafia e domínio, entre a inscrição de um texto e a soberania imposta sobre corpos, populações e territórios (Rufer, 2020, p. 276). Fundada como heterologia, a historiografia pressupõe a clivagem entre um sujeito epistêmico e seus objetos, a separação entre um saber que se traduz em um discurso e o corpo que o sustenta (Rufer, 2020, p. 15).

Na vinculação entre a escrita e o monopólio político dos meios de produção de sentido, a historiografia também se converte em arsenal das disputas por reconhecimento e em seus desdobramentos nas lutas sociais por justiça e reparação. Na atualidade, tais disputas acompanham a profusão de pesquisas históricas que despontam como respostas às crescentes demandas do dever de memória dos passados sensíveis e de afirmação das diferenças identitárias coletivas, mediante os usos da vocação primeira da história como antídoto eficaz para os esquecimentos. Por desafiarem os efeitos excludentes das formas de temporalização da história disciplinada, as demandas sociais em torno de promessas emancipatórias não cumpridas, também implicam, como bem observa Rodrigo Turin (2022, p. 88-90), o reconhecimento de temporalidades “outras”, como os tempos dos povos originários, das populações racializadas, das mulheres, dos LGBTQIA+, dos trabalhadores precarizados, os tempos da natureza e também o tempo dos ressentidos e dos neofascistas.

A coexistência conflituosa entre esses tempos assinalaria as formas e condições desiguais com que os grupos sociais se relacionam com os legados do projeto de Estado-nação e com a própria singularidade temporal que o tornou possível. Portanto, nas palavras de Turin (2022, p. 88), estamos diante de “outros tempos e corpos que sempre estiveram presentes, mas que nunca preencheram devidamente o espaço semântico e o tempo, previstos por conceitos como ‘cidadania’, ‘representação’ e ‘soberania’”.

Frente à “dessincronização conflituosa dos tempos” (Turin, 2022, p. 90) na contemporaneidade, caberia indagar se o projeto do qual a própria história participou como ferramenta de sutura de temporalidades díspares para forjar o “fantasma conceitual do Estado-nação” (Derrida, 1994, p. 113) foi capaz de manter a ambicionada conciliação de elementos heterogêneos dentro da tensa hierarquização de tempos e corpos que o compunham. Para o contexto brasileiro, também cabe questionar para quais grupos e

setores sociais essa sincronização temporal foi (ou ainda pode ser) efetiva, vantajosa e convincente, na medida em que, por meio de seus múltiplos pontos de tensão e fissura, sempre nos assombraram as dívidas impagáveis do nosso passado escravista colonial, o espectro das atrocidades de um regime ditatorial, aos quais se somam o golpe de 2016, que destituiu do cargo a presidenta eleita da República, além dos recentes atos golpistas e antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. Mais do que um encadeamento de eventos sucessivos da história nacional, não estariam aí *dívidas* reincidentes a serem honradas e, portanto, não esquecidas, antes mesmo de imaginarmos formas de coexistência coletiva e futuros comuns que não nos mantenham encarcerados na repetição?

Para seguir com a questão, comento a proposição de Ethan Kleinberg (2022) em torno de uma teoria da história como empreendimento inerentemente polifônico. Em texto publicado em setembro de 2022, no blog *Hypotheses*, Kleinberg desenvolve algumas reflexões a partir de seu argumento em *Haunting History* (2017), com o qual, inspirado por Jacques Derrida, havia defendido a natureza *fantológica* do passado, ou seja, um estatuto aporético de presença/ausência, semelhante ao de um espectro. Portador de uma condição ontológica mais latente e fugidia do que propriamente realista ou tangível, os modos como o passado se manifesta nos colocam em sintonia com pretéritos múltiplos e polissêmicos que assombram nosso presente como uma visita intempestiva.

Em Derrida (1994, p. 27) encontramos as bases dessa fantologia, nas proposições de que “um espectro é sempre um retornante”, assinalando aí a questão da repetição, posto que “não há meios de se controlar suas idas e vindas”. Como parte de sua natureza aporética, o espectro “é a frequência de uma certa visibilidade, mas visibilidade do invisível” e, nesse sentido, “*parece* apresentar-se durante uma visitação”. Como uma aparição, “o espectro primeiramente *nos vê*”, ou seja, “ele *nos olha* antes mesmo que o vejamos” e, em sua recorrência ou reaparição, pode significar “inspeção severa ou perquisição violenta” (Derrida, 1994, p. 138). A visita ou a presença de um espectro pode ser angustiante, precisamente porque é o passado que retorna mas, nesse retorno, como observa Kleinberg (2017, p. 328), é “esvaziado de suas propriedades físicas e desobediente às regras do tempo e do espaço”.

Combinada à fantologia da presença/ausência dos passados, na teoria da história polifônica de Kleinberg, a novidade talvez esteja na ênfase de possibilidades incomuns de captura das maneiras pelas quais esse passado, em sua condição fantasmática e espectral, pode permanecer audível/inaudível sob a forma dos muitos sons e silêncios com que se manifesta no presente. Ao contrário de uma história monofônica, a teoria da história polifônica, segundo Kleinberg, teria o potencial de tornar audíveis os sujeitos silenciados, insidiosamente mantidos fora do domínio da história disciplinar.²

Chama atenção, portanto, que o argumento da polifonia de Kleinberg evoque uma metáfora sonora-auditiva, o que não deixa de assinalar um descolamento em relação às metáforas marcadamente visuais do perspectivismo narrativo, a partir do qual se configura a temporalização das histórias em um singular coletivo (Koselleck, 2006, p. 161-188). Esse descolamento marca igualmente a condição não apenas polimorfa, mas sobretudo polifônica do passado, acenando para uma teoria da história mais atenta às “dissonâncias e aos choques desarmônicos”, bem como ao “estranho e ao não familiar”. Tal “escuta” nos tornaria mais “sintonizados com passados possíveis, em vez de discipliná-los na *história de*

² É importante destacar que a metáfora dos silêncios da história, desde argumento de Michel-Ralph Trouillot (2016) acerca da “história impensável” da Revolução Haitiana, sinaliza um problema historiográfico que não se confunde com a ideia de uma falta, perda ou lacunas a serem preenchidas, mas diz respeito aos usos político-epistêmicos do silêncio como ação de apagamento no presente que se efetua sobre passados vividos, dentro de certos horizontes de inteligibilidade que tornam ou não possíveis as suas representações. Mais reflexões sobre a questão em Oliveira (2018; 2022).

uma nota só” (Kleinberg, 2022). Como as assombrações, as vozes dissonantes e infamiliars do passado que usualmente não captamos, evocariam outros tempos e temporalidades e, “mais do que memória, seriam aparições do passado no presente, nos impelindo para o futuro”. Essas aparições marcariam os ritmos da polifonia da história.

Apesar das inúmeras questões que possa suscitar, tal proposição pode ser oportuna como argumento inicial porque remete ao problema dos sujeitos históricos plurais e futuros possíveis das historiografias. E, diferentemente do que possa sugerir, a proposta de uma teoria polifônica da história me parece distinta da usual e decantada tópica da “inclusão” pela via da multiplicação de sujeitos, objetos e abordagens para a escrita histórica. Se Kleinberg estiver certo, a aposta nas formas polifônicas e espectrais do passado talvez nos permita pensar sobre os modos como as historiografias fabricam o campo de sujeitos dignos de reconhecimento e de representação mediante os enquadramentos da sincronização temporal.

Disso podemos extrair consequências críticas dirigidas não apenas aos arsenais de inteligibilidade que, a exemplo da história, são usados para descrever e criar um “campo de verdades” (mesmo que aberto a contestações) sobre corpos e sujeitos marcados como “outros” (Butler, 2016, p. 197). Nesse sentido, o gesto de abertura inclusiva, que caracteriza o “milagre” da multiplicação de seus objetos, foi a condição de possibilidade para as historiografias como a das mulheres, a dos escravizados, a dos afrodescendentes e dos indígenas.³ No entanto, se cada uma dessas histórias representa uma solução inclusiva para os sujeitos que sempre assombraram a história disciplinada, também não deixam de (re)produzir uma forma de captura e encarceramento. Para Kleinberg (2017, p. 340), isso acontece porque tais historiografias se mantêm orientadas pelo *realismo ontológico*, ou seja, pelo princípio disciplinar dominante de que, mesmo submetido a graus de aproximação possíveis e de certeza epistemológica variáveis, é possível acessar o solo firme das realidades passadas mediante o uso controlado das fontes e das garantias avalizadas por um método de comprovação empírica de validade universal.

Parece evidente que, com o princípio do realismo ontológico, também se renova certa “confiança representacionista” (Barad, 2017, p. 8) que, na história disciplinada, corresponde à crença no poder dos historiadores em (re)construir descrições e explicações sobre eventos passados e sujeitos preexistentes. Dentro do corte entre o presente e o passado que funda a historiografia moderna, permanece implícita também a clivagem entre um lugar epistêmico *transparente* a partir do qual o historiador fabrica seu discurso e a “*opacidade silenciosa da realidade que pretende conhecer*”, mediado pela distância do seu objeto (Certeau, 2000, p. 14).

O problema de nos contentarmos com esse binômio tão bem descrito por Certeau entre as historiografias e seus objetos é que, em uma leitura apressada, ele não deixa de reforçar a divisão do mundo em domínios ontológica e epistemologicamente distintos de *palavras* e *coisas*, *discurso* e *realidade*, o que leva a uma compreensão de que o conhecimento estaria no hiato da ligação de uma pretensa correspondência entre esses domínios (Barad, 2017, p. 17). Basicamente se trata de uma *brecha* entre a materialidade e a discursividade, entre a tangibilidade dos fenômenos do mundo e as práticas de representação e construção de sentido para esses fenômenos. As representações, nesse caso, cumprem uma função mediadora entre entidades e fenômenos que (pre)existem

³ Os esforços bem-sucedidos da história social em resgatar a voz, o protagonismo e a agência dos subalternos, em especial no caso da historiografia acadêmica praticada no Brasil após 1980, não deixam de conviver com um paradoxo. Conforme destacou André Ramos, em conjunturas políticas antidemocráticas como a que testemunhamos recentemente, talvez nunca tenhamos sido tão “assombrados pelos espectros de hierarquização racial presentes nos escritos de Varnhagen, Silvio Romero, Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, dentre muitos outros, que acreditávamos ter exorcizado” (Ramos, 2021).

independentemente e, por conta da ênfase nessa separação ou brecha ontológica, emerge o problema da acurácia ou da precisão entre o discurso e as coisas ou os seus referentes.

O que me interessa, menos do que adentrar no conhecido debate entre realismo científico e construtivismo social, é lembrar a “saída” alternativa ao representacionismo pelas *abordagens da dimensão performativa* da produção do conhecimento, o que permitiu um deslocamento de foco da questão de correspondência entre as descrições e a realidade para os sujeitos epistêmicos e as práticas discursivas, para o problema da materialidade, da agência e da causalidade (Barad, 2017, p. 16). Na direção de uma definição pós-humanista de performatividade, a teórica feminista e física Karen Barad propôs uma “ontologia realista agencial” com foco na “materialização dos corpos — “humanos” e “não humanos” — e nas práticas material-discursivas através das quais os seus atributos diferenciais são marcados”. Isso implicaria a compreensão da própria relação entre as práticas discursivas e os fenômenos materiais, das formas de agência “humanas e “não humanas” e da matéria em sua própria e contínua historicidade” (Barad, 2017, p. 16). Com uma abordagem realista agencial, segundo Barad (2017, p. 18):

volta a ser possível reconhecer a natureza, o corpo e a materialidade na totalidade de seus devires sem recorrer à ótica da transparência ou da opacidade, às geometrias da absoluta exterioridade ou da interioridade, e escapar da teorização do humano, como pura causa ou puro efeito.

Com as provocações oportunas que a discussão em torno do realismo agencial pode nos oferecer, seguimos com o problema que busquei delimitar até aqui: em que medida é possível (ou conveniente) conceber a operação historiográfica fora do *beco sem saída da representação* e das ambições da *ontologia realista* que funda o projeto ambicioso e bem-sucedido da história disciplinada? Como chegamos e como saímos do dilema?

OS OUTROS E AS FORMAS PLURAIS DO MESMO

Como já mencionei, o regime historiográfico moderno, graças à vocação de *escrita conquistadora*, sempre foi pródigo na multiplicação de objetos e na sincronização de temporalidades plurais (Jordheim, 2014 e 2018), a partir de um arsenal de inteligibilidade e de artifícios epistêmicos que funcionam como bases fundacionais da disciplina. A existência de tempos históricos múltiplos assume amplas implicações políticas e sociais que se manifestam “em expressões representativas de todo um vocabulário de atrasos, lapsos e acelerações, usado consistentemente para conceituar ordens e distúrbios globais” (Jordheim, 2014, p. 513). Entre os efeitos das práticas de sincronização, o “colonial” e o “pós-colonial” também podem ser pensados como marcadores de uma condição política e, sobretudo, histórica, posto que submetida a uma ordem cronológica, reivindicada como um tempo global e universal (Oliveira, 2022, p. 67).

Na pesquisa e escrita históricas, portanto, não faltaram ambições nobres e bem sucedidas em dar voz, atribuir protagonismo e agência aos excluídos e silenciados da história.⁴ Tampouco seria despropositado afirmar que, se o campo historiográfico ainda nos surpreende pela robustez e produtividade, talvez seja por se mostrar notoriamente inclusivo e convincente em nos persuadir de sua eficácia na codificação de passados “outros” e na sincronização de temporalidades diversas, sob a capa de uma historicidade universal,

⁴ Para o contexto brasileiro, Francisco Gouvea de Sousa (2017) entende que a abertura inclusiva para os “vencidos” e os “novos sujeitos históricos” a partir dos anos 1980 seria uma das respostas da historiografia acadêmica à própria experiência política e social da redemocratização.

mobilizada como descritor onto-epistemológico privilegiado da experiência humana (Silva, 2022, p. 127).

No entanto, menos do que a indiscutível eficácia das historiografias em dar corpo e voz aos seus “outros”, o que talvez ainda mereça ser discutido são os efeitos epistêmicos adversos da operação historiográfica em produzir o que Denise Ferreira da Silva (2022, p. 58) identifica como os “sujeitos encarcerados da diferença cultural”, a que eu chamaria também de “sujeitos capturados na diferença histórica”. Afinal, como a filósofa brasileira observa, em *Homo modernus – para uma ideia global de raça*, “a política da representação [histórica] encontra seus limites na própria condição que a possibilita”, isto é, no pressuposto da universalidade dessa representação. Apesar de nunca ter impedido inteiramente “a possibilidade de participação dos subalternos nos rituais da existência política democrática moderna”, de modo paradoxal, essa mesma modalidade de representação contribuiu, em grande parte, para manter esses sujeitos aliados ou *sem parte* nos direitos e privilégios presumidos nas democracias (Silva, 2022, p. 339). Aqui, neste argumento, desponta a dimensão política do *beco sem saída* da representação (Spivak, 2014, p. 37-41).

Não estamos diante de uma constatação inédita, mas frente a um dos dilemas recorrentes da crítica pós-colonial quanto à possibilidade da existência do sujeito subalterno como uma espécie de “tábula rasa” para uma inscrição identitária (Spivak, 2022, p. 34) e, por conseguinte, quanto à escrita da história dos “outros” do mundo ocidental para além dos enquadramentos dos passados subalternos em uma temporalização histórica homogênea e vazia, que inscreve esses sujeitos na história, mas sob a marca da dupla *diferença* cultural e histórica, em um *antes* do contemporâneo. Ou seja, essa temporalização situa os “outros” não ocidentais na distância e dentro do *ainda não* da história moderna. O dilema consiste, portanto, em um obstáculo à visibilidade e ao reconhecimento desses sujeitos como parte do *agora*, o que os torna *sem parte* na cena do tempo *presente* da representação moderna. Aí desponta o impasse ético do qual se mantiveram reféns até mesmo as opções bem-intencionadas de “provincializar” a Europa que, na visão Denise da Silva (2022), fracassam como projetos de descrever os sujeitos históricos “outros” particulares porque não investigam a fundo como essa particularidade somente faz sentido dentro da gramática fundadora do pensamento moderno, que a institui (Silva, 2022, p. 334-336). Dito de outro modo, estamos diante de formas plurais do mesmo sob a capa de seus “outros”.

Cabe descartar que, nessa gramática, nas palavras Denise da Silva (2022, p. 355), “uma analítica da racialidade institui os sujeitos históricos” e esse “sujeito histórico é *sempre-já um Eu racial*; ele surge situado, *sempre-já* produzido pelos arsenais históricos e científicos de significação” [grifos meus]. Os “outros” *sempre-já* racializados não preexistem a essa operação e somente adquirem o estatuto de sujeitos-objetos como efeito e expressão de uma particularidade dentro dos regimes simbólicos produtivos que instituem a diferença entre os corpos no jogo de uma razão soberana e pretensamente universal. Não por acaso, aqui reencontramos o argumento de Frantz Fanon (2008), quando descreve a experiência vivida do negro ao se descobrir “objeto em meio a outros objetos” e, portanto, destituído da condição ontológica de ser um humano.

Talvez mais radicalmente do que Fanon, Denise da Silva (2022, p. 77) não poupa críticas à categoria da historicidade como descritor universal privilegiado, afirmando que “a historicidade não é capaz de dissipar seus próprios efeitos de poder”, produzindo o que ela identifica como um *véu histórico* que encobre os fundamentos ontológicos, epistêmicos e políticos da subjugação racial. Dentro da analítica da racialidade, esse *véu histórico* funciona como metáfora para designar os modos como os processos passados da escravidão e da segregação funcionam como chaves explicativas usuais do problema racial

no presente como efeito de uma lógica de exclusão sócio-histórica. Na reversão dessa lógica pela *inclusão*, mantém-se o pressuposto de que existiria um sujeito preexistente ou *anterior* à própria violência da racialização. Nas palavras de Silva (2022, p. 79):

O desejo de levantar o véu com o intuito de revelar um sujeito negro original autodeterminado [portanto, “intocado” ou preexistente à racialização], falha por não considerar uma questão crucial: como a branquitude passou a significar Eu transparente e a negritude veio a significar o contrário? Exatamente por não fazer essa pergunta, a metáfora do véu repete a lógica de exclusão sócio-histórica, ou seja, a estratégia crítica que inscreve tanto a negritude quanto a branquitude como ‘matérias-primas’ e não como efeitos das estratégias modernas de poder.

Assim, nas representações narrativas que explicam a subjugação racial como consequência de condições históricas e estruturais de *exclusão* dos sujeitos racializados, o problema está no pressuposto de que, nesses sujeitos, “encontra-se um Eu transparente enterrado sob os escombros históricos” à espera de estratégias de *inclusão*. Ademais, tais estratégias são consideradas suficientes para remover o fardo da violência material, epistêmica e simbólica das *representações* negativas do discurso racial hegemônico moderno (Silva, 2022, p. 78).

Frente à lógica estrutural da exclusão, no entanto, o antídoto da *inclusão* demonstra a sua eficácia permanentemente obstruída pelas “repetições do evento racial” nos quadros da dinâmica global do capitalismo financeirizado contemporâneo (Silva, 2016, p. 407). Isso porque, menos do que resquícios ou “sobrevivências” adversas de um passado colonial supostamente distante e ultrapassado pela flecha do tempo da modernização, a hierarquização racial se mantém como um dos vetores centrais de classificação social que, juntamente com o gênero e a sexualidade, configuram as condições de possibilidade das dinâmicas do sistema-mundo-moderno-patriarcal-capitalista.⁵

COLONIALIDADE-RACIALIDADE COMO ESPECTRO E VETOR DE SINCRONIZAÇÃO

Nesse ponto, embora a analítica da racialidade de Denise da Silva (2022) não o faça, é inevitável que a violência da subjugação racial encontre na analítica da colonialidade um ponto de inflexão mais abrangente. Isso porque a racialidade compõe a face brutal da colonialidade, compreendida como uma “lógica global de desumanização” que, constitutiva da modernidade, produz efeitos materiais e simbólicos, nas esferas do *saber*, do *poder* e do *ser* (Maldonado-Torres, 2018, p. 42-43).

Assim, é possível considerar que a colonialidade funciona como um dos dispositivos de sincronização temporal, dentro do projeto de universalização da experiência ocidental europeia, mediante a imposição de categorias de classificação (humano/não humano; primitivo/civilizado; moderno/selvagem). Em sua dimensão epistêmica, a crítica decolonial pretende ir além da denúncia do caráter eurocentrado do conhecimento para se conectar ao eixo considerado por Aníbal Quijano (2010, p. 113) o elemento articulador das relações de dominação/exploração/discriminação do capitalismo global e, portanto, o nível que se torna decisivo na luta contra a colonialidade do poder, que é *a materialidade dos corpos*.⁶

E, neste sentido, não nos faltam interpelações incisivas que, prolongando as indagações de Frantz Fanon e de Denise da Silva conectam as analíticas da racialidade e

⁵ Para uma discussão recente sobre as vinculações entre capitalismo e opressão racial, ver Fraser (2022).

⁶ Sobre o chamado “giro decolonial”, ver Ballestrin (2013), Segato (2021) e Oliveira (2022).

da colonialidade à questão planetária, de modo a superar a clivagem usual entre a história colonial e a história ambiental do mundo, como a ecologia decolonial de Malcom Ferdinand (2022). Na análise do autor martinicano, o corpo dos sujeitos racializados e generificados constitui-se como lugar de ancoragem não apenas das exclusões sociais e desigualdades históricas, mas também da própria degradação dos ecossistemas climáticos planetários. Diante do que Ferdinand identifica como a *dupla fratura* da modernidade – a colonial e a ambiental -, a tarefa de “tomar corpo no mundo”, seria o caminho para o enfrentamento das “relações materiais e imaginárias pelas quais nossos corpos são os *porta-marcas* e os *marcadores desse mundo*” (Ferdinand, 2022, p. 227, grifos do autor).

Como vetor de sincronização espaço-temporal, a colonialidade também exige a compreensão de uma lógica que não é necessariamente a da sucessão temporal ou aquela que estabelece pontos de conexão linear entre eventos de “outrora” e os de “agora”. Com a colonialidade, estamos longe de qualquer tipo de “permanência” do passado e, mesmo se a pensarmos como repetição, não se trata simplesmente do advento ou da reaparição do *mesmo*. Em minha compreensão, colonialidade e racialidade compõem o **espectro** retornante que se manifesta na desobediência de qualquer lógica temporal linear, produzindo formas de *fratura* no espaço-tempo. Não se trata, no entanto, de uma fratura qualquer, mas de uma fratura que também é uma *condenação*: os sujeitos colonizados subalternizados estão fora do espaço-tempo do humano, o que significa que eles são *objetos* da intrusão colonial, tomados como partes *não-humanas* dos territórios que habitam (Maldonado-Torres, 2018, p. 44).

Este é o traço observado por Sylvia Wynter (2003, p. 268), quando afirma que “não podemos ‘desestabilizar’/ ‘descolonizar’ a colonialidade do poder sem uma redefinição do humano e, portanto, fora dos termos vigentes de compreensão do ‘humano-em-si-mesmo’, subsumido na sua sobre-representação como sujeito branco ocidental”. Para a pensadora cubana, residiria aí a falácia da “*representação-do-humano-como-organismo-natural*”, ou seja, o humano permanece sendo concebido “*como se fosse* um modo de ser que existe em uma relação de pura *continuidade* com a da vida orgânica” (Wynter, 2021, p. 79-80).

Não menos inquietante é a afirmação de Denise da Silva (2016, p. 410) de que “o evento racial é necessariamente *sem tempo* devido ao modo como a diferença racial reconfigura o colonial”, encarcerando o nativo e o escravizado “fora da história”. Isso porque as temporalizações explicativas usuais que conectam o passado escravista ao presente da subjugação racial, baseiam-se na “presunção da separabilidade e da sequencialidade”, ou seja, consideram “os tempos de outrora” e o “lá longe” como constitutivos do *aqui e agora* e daquilo que está por acontecer. Daí a necessidade de ultrapassagem do pensamento temporal que busca capturar os sujeitos racializados e generificados através de lógicas causais unilineares, na direção de um pensamento fractal, poético ou composicional que identifique menos as sequencialidades lógico-históricas da subjugação, mas os modos como essa subjugação opera por reiterações e por meio de padrões que se compõem e reaparecem em diferentes escalas em um espaço-tempo global (Silva, 2016). Evidentemente, estou evocando de forma bastante rudimentar a proposição de Silva (2016), pois o que me interessa destacar é quanto ela demarca um afastamento de qualquer ideia de “crise” para nos deparamos com o que se tornou “a normalidade para o capital global”.

O argumento de que a intrusão europeia no Novo Mundo e o colonialismo marcariam uma “catástrofe ontológica, epistemológica e ética” já foi assinalado por autores do pensamento pós-colonial. É importante lembrar que, em seu *Discurso sobre o colonialismo*, Aimé Césaire (1950, p. 78) definiu o projeto colonial como um momento na longa história do capitalismo, história que seria a precursora do desastre e da catástrofe do nazismo no século XX. Por sua vez, Achille Mbembe (2017) defenderá que, sob muitos pontos vista, a

plantation e todo o aparato de exploração/expropriação colonial foi uma espécie de “laboratório-teste” em que se ensaiou o devir negro do mundo que observamos hoje e que pode ser chamado de “colonialidade em escala global”.

Em direção semelhante, a geógrafa inglesa Kathryn Yusoff (2018) também oferece um argumento provocativo ao demonstrar como o atual debate em torno do Antropoceno como uma “nova” época geológica, costuma perder de vista as suas conexões com os processos históricos do colonialismo, das políticas de expropriação, de racialização, escravidão e economias extrativistas. Portanto, menos do que concentrar as preocupações com um futuro distópico, e a despeito do argumento de que vivemos em tempo de mudanças “sem precedentes” (Simon, 2019), a discussão deveria considerar as extinções historicamente já sofridas por populações originárias de negros e indígenas, o que Yusoff identifica como “um bilhão de Antropocenos negros”.

Se a corporeidade dos sujeitos negros não se estabeleceu ontologicamente, tal condição teria sido prenunciada nos espaços territoriais conquistados e colonizados nas gramáticas de extração:

A morte negra seria a pré-condição de toda história de origem do Antropoceno, e a gramática e a grafia do impacto geológico do colonialismo compõem um regime de produção de sujeitos na contemporaneidade. [...]

A própria “matéria” da expropriação territorial que compõe a geologia do Antropoceno é anti-negritude; é a matéria racializada que faz do Antropoceno um evento geológico, através da mineração, plantações, do trabalho escravo. Enquanto a negritude é a energia e a carne do Antropoceno, os sujeitos racializados são excluídos da riqueza de sua acumulação para absorverem o excesso desse excedente como toxicidade, poluição e intensificação das catástrofes climáticas. De novo e de novo (Yusoff, 2018, p. 87-88).

Diante desse conjunto complexo de questões, poderíamos indagar se ainda podemos acreditar na eficácia das temporalizações da história em fabricar mais do que *descrições* realistas dos passados opressivos que assombram nosso presente, seja pelos enquadramentos empíricos do arquivo ou pelas determinações de inteligibilidade mais amplas do que pode ou não ser pensado e narrado como história.

Iniciei o artigo com a epígrafe em torno das armadilhas da visibilidade e o beco sem saída da representação, a partir do qual considerei inevitável voltar à ideia seminal de historiografia como *escrita conquistadora*. Refazendo o percurso, interessa-me a possibilidade de desestabilizar certa condição inquestionada da história como “máquina criadora de humanos”, para usar a expressão provocativa de Donna Haraway (2022, p. 80), ou seja, dispositivo que fabrica corporeidades racializadas e formas plurais de seus “outros” não humanos. Isso porque, nas formas variáveis e contumazes com que a história produz alteridades, mantém-se a régua e o compasso temporal na voz dominante que é a de um sujeito soberano sobre-representado como um coletivo singular do humano.

Haverá alguma experiência ou alguma forma radical de alteridade que não desemboque em uma domesticação dos tempos “outros” ou que desestabilize a operação historiográfica posta em funcionamento por esse “nós” que se afirma com a ideia de humanidade — essa ficção fracassada que imaginamos ser? Estaria na noção de planetaridade (Spivak, 2003, p. 71-74) como forma de alteridade não derivada de “nós” e constitutiva das operações imprevisíveis, infamiliars e contingentes do planeta que, por conseguinte, escapam a qualquer tentativa da agência humana? Onde estariam as vias de escape para o beco sem saída das representações que não consistam em modos de

replicação do *mesmo*, em histórias antropocêntricas e monofônicas de “uma nota só”, assombradas pelo espectro da colonialidade e da racialidade?

De modo incisivo, Saidiya Hartman (2020, p. 18) formulou bem o problema quando indagou sobre a possibilidade de revisitarmos as cenas de sujeição do passado sem replicar a gramática da violência no presente. Com a escritora estadunidense, também vislumbramos senão um sentido de futuro, um imperativo ético e político para as historiografias, desafio que estaria não tanto na crença de seus efeitos inclusivos e emancipatórios espontâneos, mas sobretudo no pressuposto de que todo esforço de explicação e reconstrução do passado deve ser também, nas palavras de Hartman (2020, p. 31), “uma tentativa de descrever, mesmo que obliquamente, as formas de violência autorizadas no presente, isto é, as formas de morte desencadeadas em nome da liberdade, da segurança, da civilização, de Deus e do bem”.

Por fim, em *Perder a mãe*, narrativa de sua jornada pela rota atlântica do tráfico escravista, Hartman (2021) relata que não foi a Gana somente para acertar as contas com a herança do passado, embora ali fosse um bom lugar para pensar a respeito das permanências da escravidão. Na visita ao calabouço do castelo de Cape Coast, transformado em museu, na Costa do Ouro africana, deparou-se com o letreiro na entrada, que exortava visitantes e turistas a “celebrar os mortos, relembrar a angústia dos ancestrais para impedir que crimes contra a humanidade voltassem a acontecer”. Naquele lugar, usado como posto de “armazenagem” de escravizados até o século XVII, era preciso sim “dar aos mortos seus devidos direitos”, mas, como Hartman logo percebeu, cinco minutos em um calabouço desfazem as mais nobres e belas aspirações... Por se tratar de um “depósito para carga humana” [...], “saber o que ocorrera ali não podia remediar o esquecimento nem diminuir o sofrimento dos mortos”, pois “o esmagamento daquele espaço vazio derrotava qualquer certeza sobre o poder da memória em impedir crimes futuros [...]”. No calabouço havia restos, mas não histórias que pudessem ressuscitar os mortos”, exceto as que podemos inventar (Hartman, 2021, p. 147-148).

Ao vagar no espaço que funcionara como um entreposto do tráfico de escravizados, Hartman conclui que estava ali menos porque esperava descobrir *o que realmente aconteceu* e mais por conta do que ainda continuava vivo (2021, p. 165). E, portanto, para ela, a questão principal não se resumiria apenas em uma impossibilidade de aliviar o fardo do passado, mas nos modos como os desafios éticos e políticos das histórias passadas ainda nos assombram no presente. Afinal, se os espectros da escravidão, da colonialidade e da racialidade irrompem intempestiva e constantemente no presente, talvez seja porque nossos arsenais explicativos, embora robustos e consistentes, ainda nos mantenham longe de uma saída do cativeiro.

REFERÊNCIAS

BARAD, Karen. Performatividade pós-humanista: para entender como a matéria chega à matéria. *Vazantes*, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 8-34, 2017.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n.11, p. 89-117, maio/ago. 2013.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.

DERRIDA, Jacques. *Espectros de Marx*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ENGELKE, Antônio. Pureza e poder. Os paradoxos da política identitária. *Revista Piauí*, São Paulo, edição 132, setembro de 2017. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/pureza-e-poder/>. Acesso em: 29 jan. 2023.

ESTAMOS no caminho para o inferno climático, alerta Guterres na COP 27. *G1Notícias*. Rio de Janeiro, 7 nov. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/cop-27/noticia/2022/11/07/estamos-no-caminho-para-o-inferno-climatico-alerta-guterres-na-cop-27.ghtml>. Acesso em: nov. 2022.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu, 2022.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era 'pós-socialista'. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.

FRASER, Nancy. *Cannibal Capitalism*. "How Our System Is Devouring Democracy, Care, and the Planet—and What We Can Do about It". London/New York: Verso, 2022.

HARAWAY, Donna J. Ficar com o problema: Antropoceno, Capitaloceno e Chthuluceno. In: MOORE, Jason W. (org.) *Antropoceno ou capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo*. São Paulo: Elefante, 2022. p. 66-125.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. Tradução Fernanda Silva e Sousa e Marcelo Ribeiro. *Revista Eco-Pós*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 12-33, 2020 [2004]. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27640. Acesso em: jan. 2022.

HARTMAN, Saidiya. *Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

HARTOG, François. Os impasses do presentismo. In: MÜLLER, Angélica; IEGELSKI, Francine (orgs.) *História do tempo presente: mutações e reflexões*. Rio de Janeiro: FGV/FAPERJ, 2022. p. 133-142.

JORDHEIM, Helge. Multiple times and the work of synchronization. *History and Theory*, v. 53, p. 498-518, dez. 2014.

JORDHEIM, Helge; WIGE, Einer. Conceptual synchronisation: from Progress to Crisis. *Millenium, Journal of International Studies*, v. 46, 3, p. 421-439, 2018.

KLEINBERG, Ethan. *Haunting history: for a deconstructive approach to the past*. Stanford, California: Stanford University Press, 2017.

KLEINBERG, Ethan. Reflections on Theory of History Polifonic. *Hypotheses*, 22 set. 2022. Disponível em: <https://gtw.hypotheses.org/757#:~:text=Theory%20of%20history%20polyphonic%20extends,the%20realm%20of%20conventional%20history>. Acesso em: nov. 2022.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze *et al.* (orgs.) *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 27-53.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. 2.ed. Lisboa: Antígona, 2017.

MOMBAÇA, Jota; MATTIUZZI, Michelle. Carta à leitora preta do fim dos tempos. In: SILVA, Denise F. da. *A dívida impagável*. São Paulo: Oficina da Imaginação Política e Living Commons, 2019. p. 15-27.

OLIVEIRA, Maria da G. de. Os sons do silêncio: interpelações feministas à história da historiografia. *História da Historiografia*, Mariana, v. 11, n. 28, p. 104-140, 2018.

OLIVEIRA, Maria da G. de. A história disciplinada e seus outros: reflexões sobre as (in)utilidades de uma categoria. In: AVILA, Arthur de L. *et al.* (orgs.) *A história (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico*. Vitória: Milfontes, 2019. p. 27-39.

OLIVEIRA, Maria da G. de. Quando será o decolonial? Colonialidade, reparação histórica e politização do tempo. *Caminhos da História*, Montes Claros, v. 27, n. 2, p. 58-78, jul./dez. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de S.; MENESES, Maria P. (orgs.) *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2018. p. 73-116.

RAMOS, André da S. Apresentação: pelo encontro com o espectral. In: KLEINBERG, Ethan. *Historicidade espectral: teoria da história em tempos digitais*. Vitória: Editora Milfontes, 2021. [e-book].

RUFER, Mario. El perpetuo conjuro: tiempo, colonialidad y repetición en la escritura de la historia. *Historia y Memoria*, Colômbia, número especial, p. 271-306, 2020.

SCOTT, Joan W. *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1999.

SCOTT, Joan W. Unanswered Questions. *American Historical Review*, v. 11, n. 5, p. 1422-1429, dec. 2008.

SEGATO, Rita. Aníbal Quijano e a perspectiva da colonialidade do poder. In: SEGATO, R. *Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. p. 43-83.

SILVA, Denise F. da. O evento racial ou aquilo que acontece sem o tempo. 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4934264/mod_resource/content/1/Untitled_29082019_193215.pdf Acesso em: 30 jan. 2023.

SILVA, Denise F. da. *A dívida impagável*. São Paulo: Oficina da Imaginação Política e Living Commons, 2019.

SILVA, Denise F. da. *Homo modernus: para uma ideia global de raça*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.

SIMON, Zoltán B. *History in Times of Unprecedented Change*. London: Bloomsbury Academic, 2019.

SOUSA, Francisco G. de. Escritas da história nos anos 1980: um ensaio sobre o horizonte histórico da (re)democratização. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 24, n. 46, p. 159-181, dez. 2017.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014 [1985].

SPIVAK, Gayatri C. *Death of a discipline*. Columbia University Press, 2003.

SPIVAK, Gayatri C. *Crítica da razão pós-colonial: por uma história do presente fugidio*. São Paulo: Editora Politeia, 2022.

TROUILLOT, Michel-Ralph. *Silenciando o passado: poder e produção da história*. Curitiba: Huya, 2016.

TURIN, Rodrigo. País do futuro? Conflitos de tempos e historicidade no Brasil contemporâneo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 36, n. 105, p. 85-104, 2022.

WYNTER, Sylvia. Unsettling the coloniality of being/power/truth/freedom. Towards the Human, after Man, its overrepresentation - an argument. *CR: The New Centennial Review*, v. 3, n. 3, p. 257-337, 2003.

WYNTER, Sylvia. Nenhum humano envolvido: carta aberta a colegas. In: BARZAGHI, Clara *et al.* (orgs.) *Pensamento negro radical*. São Paulo: Crocodilo/N-1 Edições, 2021. p. 71-103.

YUSOFF, Kathryn. *A Billion Black Anthropocenes or None*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Maria da Glória de Oliveira: Doutorado em História/UFRJ. Professora associada, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Seropédica, RJ, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

UFRRJ - BR 465, Km 07, Seropédica/RJ, CEP 23890-000.

ORIGEM DO ARTIGO

Projeto de pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção do estudo, coleta de dados, análise dos dados, discussão de resultados, revisão e aprovação: Maria da Glória de Oliveira.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.



CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Não se aplica.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Maria da Glória de Oliveira. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Fabio Morales.

HISTÓRICO

Recebido em: 22 de março de 2023.

Aprovado em: 10 de abril de 2023.

Como citar: OLIVEIRA, Maria da G. de. Espectros da colonialidade-racialidade e os tempos plurais do mesmo. *Esboços*, Florianópolis, v. 30, n. 55, p. 310-325, 2023.

